CAMPONESES, PROJETOS E O *FUTURO*

por

Fernando Oliveira Baptista[1]

Resumo: Nos países mais desenvolvidos, nos últimos setenta anos, os camponeses tornaram-se agricultores modernizados ou saíram dos campos. Nos países do Sul, não tiveram a possibilidade de se reconverterem ou de abandonar os campos. Ficaram nas aldeias, com uma população em constante aumento e sempre numa posição subordinada e frágil. São agora, na sua maioria, uma população que *sobra* da economia globalizada.

Nestes percursos, por vezes, os camponeses revoltaram-se, resistiram, mas nunca estiveram em situação de hegemonizar o funcionamento da sociedade e de governar o Estado. Contudo, persistem projetos que pretendem tornar os camponeses *sujeito* do seu próprio destino. Destes, vão referir-se duas iniciativas, cujos percursos têm evidenciado que para os camponeses, estes projetos não aparecem como um *destino* mas, apenas, como possibilidades, a avaliar em comparação com outras alternativas.

Palavras-chave: Camponeses; Terra; Movimento Zapatista; Movimento dos Sem-Terra.

Abstract: In the most developed countries, in the last seven decades, peasants become modernized farmers or have left villages. In the Southern countries, they are unable to reconvert or leave agriculture. They stayed in the villages, with a constantly growing population and always in a subordinate and fragile position. They are now mostly a population left over from the globalized economy.

In these ways, the peasants sometimes revolted, resisted but were never in a postion to hegemonize and to govern the state. However, projects persist that aim to make peasants in control of their own destiny. Of these, we will mention two that have shown that, for the peasants, these proposals do not appear as a destination but only as possibilities to compare with other alternatives.

Keywords: Peasants; Land; Zapatista movement; Movimento dos Sem-Terra.

No último século e meio, os camponeses puderam erguer, nalguns lugares e momentos da sua longa história, uma estrutura social com os contornos que ambicionavam. Foram sempre iniciativas fugazes e que se mantiveram arredadas do Estado, das grandes cidades e dos recursos não agrícolas. Eric Wolf refere Zapata e Morelos, Pancho Villa antes da sua derrota em Torreón e Nestor Makhno, nas

[1] Professor Catedrático do Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, foi professor visitante do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

primeiras décadas da revolução russa. Acentua ainda o anacronismo de tentativas deste tipo em sociedades industrializadas e mercantilizadas, evidenciando as dificuldades para a consolidação dos projetos camponeses: "A utopia camponesa é a aldeia livre, desembaraçada dos coletores de impostos, dos recrutadores de mão de obra, dos grandes proprietários fundiários, dos funcionários"[2]. Ainda que sem as marcas radicais destes projetos, a autonomia camponesa aflorou noutros momentos, por vezes, apenas como memória do passado, imaginando "uma idade de ouro para o tempo onde funcionavam normalmente as instituições fundamentais da sua cultura". Mesmo que nesta "idade de ouro" a vida e a economia fossem bem mais difíceis e precárias[3].

Mas, para além da memória e do afrontamento, houve outras situações em que os camponeses tiveram engenho e capacidade para procurarem a autonomia possível. Assim, a Galiza do primeiro terço do século passado era um "país de camponeses" que tinham o controlo do território que cultivavam e mantinham uma autonomia produtiva e territorial, ainda que com a condição de pagarem as rendas às classes dominantes. Apesar desta sujeição fundiária, no plano da autonomia, talvez se possa mesmo aludir, nalgum "momento do primeiro terço do século XX", a "um projeto camponês" que, no entanto, nunca se consolidou[4].

Os contornos da questão camponesa foram, no entanto, profundamente alterados com a generalização do processo de industrialização e a sua relação com as estruturas agrárias. Para os defensores deste processo, a agricultura teria de modificar-se para favorecer o desenvolvimento de fábricas e manufaturas. Deveria ir libertando mão-de-obra para as unidades fabris, assegurar, a preço adequado, o abastecimento alimentar e de matérias primas e converter-se num mercado para o escoamento dos produtos industriais.

A via para alcançar estes objetivos seria impulsionar a modernização tecnológica da agricultura, o que permitiria também um grande incremento da produtividade do trabalho. Esta mudança, em particular a motomecanização, impunha, para ser economicamente viável, escalas de produção que, em geral, não seriam compatíveis com a pequena dimensão das unidades camponesas. Tratava-se, afinal, do lugar subordinado dos camponeses na transição para sociedades industrializadas.

---

[2] Eric Wolf, *Les guerres paysannes du vingtième siècle* (Paris Maspero, 1974), p. 303.
António Candido, *Os parceiros do Rio Bonito* (São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987), p. 195.

[4] Lourenzo Fernández-Prieto, "País y paisaje de labregos: organización y control del território en la Galicia contemporânea entre quatro centúrias (ss. XVIII-XXI)", in *El território en la história de Galicia: organización y control. Siglos I-XXI* (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2015), p. 268 e p. 278.

Nas últimas décadas, nos países mais desenvolvidos, os camponeses tornaram-se agricultores modernizados ou saíram dos campos. Nos países do Sul, não tiveram a possibilidade de se reconverterem ou de sair de forma massiva. Ficaram nas aldeias, com uma população em constante aumento e sempre numa posição subordinada e frágil. Com a mundialização da economia, acentuou-se a diferença entre estes dois mundos e agravou-se a situação e a falta de oportunidades dos camponeses do Sul.

Foi neste percurso que os camponeses, ao confrontarem-se com a consolidação e hegemonia das economias industriais, ficaram sem futuro. Nas experiências socialistas, a construção do novo modelo social deveria ser confiada ao designado *desenvolvimento das forças produtivas*. Kautsky enunciou-o com clareza na sua famosa *Questão Agrária*: "Nós partimos do princípio de que a evolução da indústria moderna conduz necessariamente ao socialismo", e acrescentava ainda: "A evolução social apresenta, pois, na agricultura o mesmo sentido que na indústria. Num e outro caso, tanto as necessidades sociais como as condições sociais atuam no sentido da grande exploração social, cuja forma mais elevada associa a agricultura e a indústria numa sólida unidade"[5]. Com este pressuposto, o pequeno camponês não tinha qualquer futuro, como fora enunciado desde o século XIX – "nós prevemos o fim inelutável do pequeno camponês"[6] – e tal como veio a ser concretizado com a coletivização desencadeada, na União Soviética, desde o final dos anos vinte do século passado.

O capitalismo também prescindiu dos camponeses. No caso da Europa Ocidental, promoveram-se politicas de grande envergadura e continuidade para transformar as unidades camponesas em explorações modernizadas, totalmente renovadas pela "libertação das suas potencialidades em relação ao desenvolvimento geral das sociedades capitalistas". O grande objetivo era o de fazer emergir explorações agrícolas que se enquadrassem nos critérios da economia capitalista. As famílias que não o conseguissem deveriam abandonar as suas terras e equipamentos agrícolas e procurar viver de outras atividades e rendimentos. Foi o que ocorreu e, acompanhando o êxito destas politicas, saudou-se a *morte do camponês* e, paralelamente, a competitividade da agricultura familiar modernizada[7].

De resto, muitos camponeses, quando confrontados com o mercado, tentaram *crescer* económica e tecnologicamente, quebrando amarras com laços e heranças locais. Os que não o conseguiram tiveram de procurar vida nas cidades, noutros

[5] Karl Kautsky, *La cuestión agraria* (México: Siglo Veintiuno editores, 1980), p. 356 e p. 361.

[6] Friedrich Engels, *La question paysanne en France et en Allemagne* (Paris: Editions Sociales, 1956), p. 24.

[7] Henri Mendras, *La fin des paysans* (Arles: Actes du Sud, 1992).

países e continentes ou ficaram, beneficiando de algum apoio social (por exemplo, pensões e reformas). Foi, neste processo, que, no planos produtivo e económico, as comunidades rurais se transformaram apenas em economias locais. Mesmo Bernard Lambert, um dirigente agrícola radical na sua defesa da condição camponesa, reconhecia que "muitos dos médios e mesmo dos pequenos camponeses recusam-se a renunciar ao seu sonho" de se tornarem "chefes de empresas competitivas"[8].

A conciliação, no plano da economia, das explorações camponesas com a grande economia industrial não foi, de facto, conseguida. A melhor evidência desta situação é um trabalho de Chayanov – um grande economista agrário russo e fervoroso defensor dos camponeses – em que esboçou os contornos do que poderia vir a ser *A República Camponesa da Rússia*[9], resultante de hipotéticas vitórias eleitorais dos partidos camponeses desde 1932. Nesta utopia deixou claro que a regulação e estabilidade de uma estrutura agrária compatível com as economias camponesas tinham que ser asseguradas por opção política e não podiam ser confiadas ao funcionamento da economia.

Sucede, no entanto, que para além das explorações agrícolas camponesas que foram absorvidas pela economia capitalista ou destruídas pelo modelo socialista, existem hoje muitos famílias camponesas – podem estimar-se, à escala do mundo, em mais de quatrocentos milhões – concentradas quase exclusivamente nos países do Sul e das quais uma grande parte vive em situações de pobreza.

Os grandes números e os comentários genéricos não permitem, em geral, vislumbrar as dimensões concretas dos locais a que aludem. Um exemplo destas realidades emerge de um inquérito a famílias camponesas, efetuado em quatro municípios da província de Malange, em Angola[10].

Nesta região, predomina a pobreza (32% das famílias) e, sobretudo, a pobreza extrema (49%). O trabalho das famílias é empregue principalmente nas lavras que cultivam (89%); outras atividades (carvão, comércio, ...) ocupam 9%. Apenas 2% se destina a atividades exteriores, o que é também um indicador da inexistência de um mercado de trabalho rural.

A área cultivada por família é, em média, inferior a 0,7 hectares e a tecnologia utilizada pode sintetizar-se em cinco pequenos equipamentos: enxada, machado, catana, pilão e peneira. Apesar da pequena dimensão e da debilidade tecnológica, são economias relacionadas com o mercado e monetarizadas. Assim, 96% das famílias vendem no mercado pelo menos um produto ou serviço, e dois terços

[8] Bernard Lambert, *Les paysans dans la lutte des classes* (Paris: Seuil, 1970), p. 103.

[9] Alexander Chayanov e Ivan Kremniov, *Voyage de mon frère Alexis au pays de l'utopie paysanne* (Lausanne: Editions l'Age de l'Homme, 1976).

[10] Fernando Baptista, *O destino camponês* (Castro Verde: 100Luz, 2013).

levam ao mercado mais de um quarto do que produzem. Paralelamente, mais de metade do rendimento e cerca de um terço do consumo são em dinheiro.

São unidades muito diminutas, frágeis e irrelevantes para a economia dominante em Angola, onde impera o petróleo e a importação de alimentos.

As famílias camponesas vivem em comunidades rurais tuteladas por um *soba*, a autoridade tradicional, aceite por todos, tanto na regulação da vida na aldeia e na resolução de conflitos, como na mediação com o exterior, nomeadamente com o Estado. Neste relacionamento, os *sobas*, que recebem salários generosos do governo, asseguram, desde o tempo colonial, a articulação das comunidades com as vontades do poder.

Neste contexto, a reação de uma grande parte da população à situação em que se encontra tem sido a deslocação para as periferias das cidades. É uma resposta silenciosa e sem grande esperança, mas é também a única saída que encontram para tentar fugir à miséria do mundo das aldeias.

O caso de Malange exemplifica uma realidade mais ampla: a de muitas zonas do planeta, para cujas economias dominantes os camponeses se têm vindo a tornar supérfluos como produtores e desnecessários como fornecedores de mão-de-obra. Hobsbawm indica que estas tendências se foram impondo desde os anos setenta do século passado[11]. Sobram, assim, populações e territórios da economia que a globalização vai impondo.

Os que sobram nem sempre se conformam. Assim, os grupos subalternos, onde se incluem os camponeses, para além de uma aparente passividade, desenvolvem, em muitas situações, formas de resistência quotidiana que lhes permitem "viver evitando danos maiores" ou que lhes possibilitam manterem-se em "zonas de refúgio", ao abrigo de diretivas e poderes nocivos[12]. São modos de lutar, muitas vezes dissimulados e evitando o afrontamento direto, que não visam transformar as estruturas sociais e económicas, ou o Estado, mas apenas defender a sobrevivência, contrariando as formas mais opressivas. Para além destas expressões de luta, há também sindicatos e associações de camponeses que, determinada e frontalmente, se batem por objetivos que visam melhorar a vida e o trabalho das famílias.

Todas estas lutas e movimentos têm sido sobretudo defensivos (contra a usurpação de recursos naturais, para evitar a deslocalização dos povoados, ...) e pela melhoria das condições de vida (acesso a água, saneamento e energia, direito à escola e cuidados de saúde, ...), das capacidades produtivas (tecnologias, formação,

---

[11] Eric Hobsbawm, *A era dos extremos* (Lisboa: Presença, 1996), pp. 406-407.

[12] Paula Godinho, *O futuro é para sempre. Experiência, expectativa e práticas possíveis* (Lisboa/ /Santiago de Compostela: Livraria Letra Livre / Através Editora, 2017.

água para regar, ...) e do fortalecimento da unidade produtiva nas relações com os mercados (preços, crédito, comercialização, ...). São afinal iniciativas que visam fortalecer a condição camponesa mas que não pressupõem *outros* modelos de sociedade, em que os camponeses tenham o controlo do seu destino e sejam o sujeito, na sociedade e na economia.

Existem, no entanto, propostas e movimentos que pretendem desenvolver "novas formas de construção social"[13] que viabilizem a autonomia dos camponeses e a sua hegemonia nos contextos em que vivem e trabalham. Sucede, no entanto, que os contornos destes modelos nem sempre coincidem com as opções que os camponeses elegem para os seus futuros, quando confrontados com a possibilidade de escolherem. É sobre este desacerto que se vai prosseguir, a propósito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Brasil, e do Movimento Zapatista, do México.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, geralmente conhecido por Movimento dos Sem Terra (MST), foi fundado em 1984, reunindo um consenso de opiniões favoráveis no círculo alargado dos que se preocupavam com a questão da terra. Tinha mesmo "o apoio logístico e a direção política de certos sectores da Igreja Católica, particularmente a CPT" (Comissão Pastoral da Terra)[14]. Muitos dos dirigentes do MST tinham feito os seus primeiros passos de militância na esfera da Igreja.

Para o MST, um objetivo era a conquista de terra pelos mais carenciados dos campos. Mas esta conquista deveria também constituir um alicerce para uma transformação estrutural, ou seja, era um meio de "lutar por uma sociedade mais justa. Uma sociedade sem explorados e exploradores"[15]. A fundação do MST ocorreu num momento em que a questão agrária no Brasil registava profundas mudanças. As décadas que antecederam o golpe de 1964 – de onde veio a sair a ditadura militar que governou o Brasil até aos anos 1980 – foram marcadas por fortes lutas pela terra e pelo fortalecimento dos movimentos que as assumiam. No mesmo período, autores ilustres[16] (Alberto Passos Guimarães; Caio Prado Júnior; Ignacio Rangel) apontavam a premência da questão agrária: defendiam a modernização (capitalista) da agricultura, mas a par do acesso dos mais desprovidos à

[13] S. Pérez-Vitoria, *Manifeste pour un XXI siècle paysan* (Arles: Actes Sud, 2015), p. 162.

[14] Candido Grybowski, *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais nos campos* (Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981), p. 24.

[15] J. Stédile e Frei Beto, *A luta pela terra no Brasil* (Scritta, 1996), p. 37.

[16] Alberto Passos Guimarães, *Quatro séculos de latifúndio*; Caio Prado Júnior, *A questão agrária*; Ignacio Rangel, *Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil*. Sobres este autores ver Angela Kageyama, "A questão agrária no Brasil. Interpretações clássicas", *Reforma Agrária*, 23, 3 (1993), pp. 5-16.

terra e aos direitos sociais e do trabalho; reconheciam que havia um "excedente estrutural de mão-de-obra", associado à questão fundiária; preconizavam a intervenção do Estado na grande propriedade, ou seja, a reforma agrária. Pretendiam, assim, adequar a agricultura às necessidades do desenvolvimento do país e resolver a situação dramática da população empobrecida dos campos.

Não avançaram medidas com este objetivo e o efeito mais relevante das lutas e debates deste período veio a refletir-se no Estatuto da Terra, aprovado em Novembro de 1964, já depois do golpe militar, e que anunciava "um processo de transformação da estrutura agrária brasileira, por meio da desapropriação dos latifúndios improdutivos e/ou aquisição de terras produtivas e a sua redistribuição às famílias que dispõem de pouca ou nenhuma terra, para torná-la produtiva e cumprir a sua função social". "No momento da sua aprovação representou uma esperança e um patamar possível para reivindicações"[17].

As décadas seguintes viriam, no entanto, a modificar os contornos da questão agrária. Graziano da Silva reconhecia-o em 1983[18] e, em 1996[19], constatava já o fortalecimento de um poderoso capitalismo agrícola, tecnologicamente modernizado e que resolvera o problema agrícola e alimentar da economia capitalista, que comandava o país. Persistia a questão social e agravara-se, mesmo, o *excedente* populacional. Ângela Kageyama[20] estimou, para os anos 1980, que *sobrava* mais de 60% da população classificada como ativa agrícola. Eram os sem terra do MST.

Estes, na situação em que se encontravam, foram aderindo às propostas e iniciativas do MST: ocuparam terras; resistiram à violência desencadeada pelos grandes proprietários e pelo próprio Estado; constituíram explorações agrícolas nas terras conquistadas – os assentamentos – e conseguiram ir melhorando as condições de vida e a economia das famílias. O MST era, na circunstância, o *braço que os fazia mais fortes* e a que aderiram. Com esta opção aceitavam também o modelo autoritário do MST, que se assumia como uma vanguarda, cujo objetivo era conduzir os sem terra ao socialismo. É uma organização hierárquica, de cima para baixo, "quase nada democrática e pouco tolerante às vontades e histórias

[17] Leonilde Medeiros, *História dos movimentos sociais nos campos* (Rio de Janeiro: FASE, 1989), p. 87.

[18] José Graziano da Silva, *A questão agrária* (São Paulo: Editora Brasiliense, 1986).

[19] José Graziano da Silva, *A nova dinâmica da agricultura brasileira* (Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1996).

[20] Angela Kageyama, *Modernização, produtividade e emprego na agricultura: uma análise regional* (Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1986).

familiares dos próprios agricultores"[21]. Mesmo autores próximos do movimento[22] não desmentem completamente estas características, mas tendem a desvalorizá-las devido às condições difíceis em que este atua, e à especificidade do seu trajeto e dos processos em que se envolve.

Paradoxalmente, o ímpeto do movimento e o crescendo da pressão sobre a terra viriam a declinar com a chegada da esquerda ao poder, ou seja, depois da chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo, com a eleição de Lula da Silva para Presidente da República (2003-10).

Com o novo poder, passou a haver um maior diálogo com os movimentos sociais, uma diminuição acentuada da repressão e da criminalização dos ativistas, bem como mais crédito, um reforço dos apoios técnicos e uma melhoria dos serviços públicos no meio rural[23].

O grande impacto sobre a questão da terra não veio, no entanto, destes fatores, mas da perspetiva do governo sobre o modo de melhorar as condições de vida e de favorecer a inclusão social: dissociar os objetivos sociais e de cidadania da esfera da produção e do trabalho. O principal instrumento desta orientação foi uma medida designada por Bolsa Família.

No mundo rural e agrícola, as duas grandes metas do novo poder eram: apoiar e defender a grande economia, ou seja, as unidades capitalistas; combater o défice social, o que viria a ser confiado principalmente ao programa Bolsa Família. Defendia-se, ainda, que estes dois objetivos podiam coexistir harmoniosamente.

O programa Bolsa Família era uma medida redistributiva e assistencialista que subsidiava as famílias carenciadas, de modo que estas pudessem melhorar significativamente as suas condições de vida e exercer uma cidadania efetiva. Afastava-se de quaisquer metas produtivas ou de trabalho e contribuíu para uma quebra muito acentuada da pobreza rural[24]. Com esta política, dissociou-se, em grande parte, a luta pela terra da melhoria das condições de vida. A pressão social sobre a terra diminuiu e o MST viu a sua posição enfraquecer.

---

[21] Zander Navarro, "Sete teses equivocadas sobre a luta social nos campos. O MST e a Reforma Agrária", *Perspectiva*, 11, 2 (1997), p. 90.

[22] Horácio Carvalho, "A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada", in *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*, org. B. Sousa Santos, pp. 197-219 (Porto: Afrontamento, 2004).

[23] Bruno Auretio-Aurtena, *Microhistoria del Movimiento de los Sin Terra* (Ciudad Real: Serendipia editotial, 2016), p. 135.

[24] S. Helfand e Mauro Grossi, "El boom agricola y la pobreza en Brasil", in *Boom agrícola y persistencia de la pobreza rural. Estudio de ocho casos*, editado por José Graziano da Silva, Sergio Gómez e Rodrigo Castañeda, pp. 104-125 (Roma: FAO, 2009); Mauro Grossi, "A redução da pobreza: de 44 milhões para 29,6 milhões de pessoas", in *Fome Zero. A experiência brasileira*, editado por José Graziano da Silva, Mauro Grossi e Caio França, pp. 301-315 (Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010).

O debate sobre esta via – cidadania pelo assistencialismo e não pelo trabalho e pela produção – foi amplo e extremado. Mas o que agora se quer destacar é a mudança na escolha das famílias face a uma nova alternativa que lhes parecia mais conveniente: não obrigava a um penoso e difícil processo de luta pela terra; evitava os constrangimentos derivados da integração no MST; a nova medida aparecia legitimada pelo Estado, o que também lhe conferia a expectativa de segurança e continuidade. Ou seja, as famílias passaram a optar por outro futuro: abandonavam o socialismo do MST e inclinavam-se para a redistribuição da economia capitalista. Sobre este tema, os partidários desta opção argumentavam que a via possível, e profunda, da transformação da sociedade era pela política e o modo de a concretizar era, antes do mais, dar à população capacidade de exercício efetivo da cidadania, o que – defendiam – o programa Bolsa Família permitia.

No dia 1 de janeiro de 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) ocupou várias cidades de Chiapas (México). Foi um levantamento armado, a que se seguiram onze dias de confronto com as forças armadas governamentais. Em fevereiro e março, sob a égide do Bispo de San Cristóbal de Las Casas, decorreu um "diálogo de paz". Depois sucederam-se anos de procura de um acordo, e de pressões do governo e de grupos paramilitares sobre as comunidades zapatistas. Desde 2003, assistiu-se a um maior distanciamento do Estado e ao avanço da autonomia das comunidades rurais[25].

O EZLN, que organizou e impulsionou o levantamento, tinha sido fundado em 1983 e era uma vanguarda, verticalizada e hierárquica, de matriza marxista-leninista. Em Chiapas, sensibilizou e organizou os camponeses, num processo que enraizou num terreno com um historial de mobilizações devido, em particular, às sociabilidades das comunidades agrárias, à presença atuante e libertadora da Igreja Católica e à influência do movimento regional camponês.

Desde 2003, para privilegiar a presença e iniciativa das populações camponesas na construção da autonomia, o EZLN "decidiu retirar-se do funcionamento político" das comunidades, mas manteve uma posição tutelar: "zela pela perenidade da experiência"[26].

---

[25] Este ponto, para além dos trabalhos referenciados no texto apoiou-se em: Baronnet *et al*., Luchas "muy otras". *Zapatismo y la autonomia en las comunidades indígenas de Chiapas*; Baschet, *La rébellion zapatiste*; Saavedra, "The 'armed community in rebellion': neozapatismo in the Tojolab'al Cañadas, Chiapas (1994-2003)"; Harvey, "Zapatismo y sustentabilidade"; Harvey, "Praticando la autonomia y la liberación decolonial"; Saavedra, "Los conflitos internos del zapatismo en las Cañadas Tojolabala de la selva lacandona (1994-2003)"; Saavedra, "Desmitificar al zapatismo"; Saavedra, "20 años de zapatismo"; Toledo, "El zapatismo rebaxado. Sustentabilidad, resistências indígenas y neoliberalismo".

[26] F. Cousset, "Em Chiapas, a revolução persiste". Le Monde Diplomatique (edição portuguesa), Junho, 2017.

A influência do Movimento Zapatista estende-se por uma ampla zona de montanha e abrange muitos milhares de pessoas. Não se trata, no entanto, de um território contínuo e bem delimitado: é uma área onde se encontram também populações que não aderiram ao zapatismo, havendo mesmo comunidades em que coexistem ambas as opções. Não é também um território à "margem do Estado"[27]. Pelo contrário, é uma presença – nomeadamente com serviços de vigilância – que ladeia as comunidades e os seus espaços sociais e produtivos. Ou seja, estas comunidades "não são unidades territoriais fechadas, mas definem-se pela sua pertença voluntária a redes que se regem por normas e práticas alternativas de autogoverno"[28]. De qualquer modo, nos espaços sociais e produtivos associados a estas comunidades, a presença e o controlo são zapatistas, o que permitiu a ocupação de áreas abandonadas pelos proprietários depois da eclosão do movimento.

Nestas áreas, coexistem as unidades individuais e os projetos coletivos, cujas receitas são destinadas a constituir um fundo comunitário. As primeiras são explorações camponesas, com produções para autoconsumo e outras destinadas principalmente ao mercado, e em que, por vezes, algum elemento trabalha fora para aumentar o rendimento do agregado doméstico. Muitas unidades viram a sua área de cultivo alargada com um retalho das terras ocupadas.

Os projetos coletivos, coordenados por órgãos de autogoverno zapatista, abrangem atividades diversas, algumas das quais realizadas na parte das terras ocupadas que não foi repartida. Num trabalho[29] efetuado nalgumas comunas, identificaram-se: hortas coletivas; produção artesanal de velas e vestuário, para venda; iniciativas de comercialização em conjunto (lojas comunitárias, acordos de comércio justo, ...). Muitos dos projetos são apoiados por organizações não governamentais nacionais e internacionais. O fundo, para que estas atividades contribuem, destina-se a suportar despesas decorrentes da gestão comunitária e a apoiar o funcionamento dos serviços assegurados às populações, como saúde e educação.

A economia das comunidades está exposta ao mercado, onde vendem e compram o que necessitam, mas tendo como orientação minimizar as relações com o exterior: recusam todos os apoios e políticas governamentais, tanto na área económica como social; não estabelecem contratos com empresas ou bancos; procuram também

---

[27] B. Baronnet, "Introducción", In *Luchas "muy otras". Zapatismo y autonomia en las comunidades indígenas de Chiapas*, editado por B. Baronnet *et al*., pp. 19-53 (México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2011), p. 30.

[28] Baronnet, "Introducción", p. 25.

[29] Ricard Stalher-Sholk, "Autonomía y economia política de resistência en las Cañadas de Ocosingo", in *Luchas "muy otras". Zapatismo y la autonomia en las comunidades indígenas de Chiapas*, editado por B. Baronnet *et al*., pp. 409-445 (México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2011), pp. 433-435.

controlar as saídas das pessoas que vão trabalhar fora da comunidade e – como adiante se nota – chegaram a pretender também evitar a emigração para os Estados Unidos da América (EUA). O fechamento não é só económico. Controlam-se os contactos com elementos exteriores e são difíceis as relações entre zapatistas e outras pessoas, mesmo quando vivem na mesma comunidade.

O projeto zapatista seriam assim as comunidades camponesas, fechadas, com economias de pequena escala, assegurando a sobrevivência das famílias com um nível de vida modesto, mas digno, que permitiriam construir espaços autogovernados, ainda que sob tutela, e libertos da ordem neoliberal que hoje comanda o planeta.

Seria um *mundo novo* a erguer desde baixo, assente numa estrutura socioeconómica camponesa e fechada, que deveria persistir apesar de imersa num mundo aberto, economicamente poderoso e relativamente ao qual é difícil manter barreiras, nomeadamente ao nível das deslocações da população. De resto, passadas mais de duas décadas do início do Movimento, o balanço[30] mais esclarecedor da sua relação com as populações vem, precisamente, da emigração que, como antes se notou, não se adequa ao modelo fechado das comunidades zapatistas. Temem-se os seus efeitos: os que emigram são braços e capacidades que passam a faltar nas tarefas da gestão comunitária e nos trabalhos coletivos; as remessas enviadas para as aldeias podem abalar o padrão de igualdade que se procura manter, quer pelos níveis e tipos de consumo, quer porque podem permitir desenvolver negócios que colidam com os projetos coletivos; com a emigração, vêm também modos de vida que se podem afastar da austeridade zapatista.

Os que emigram, por sua vez, procuram melhorar a situação económica das famílias e ter acesso a outros estilos de vida. Mencionam, ainda, que a luta desenvolvida não trouxe os benefícios esperados nas condições de vida.

Apesar da resistência inicial, a emigração acabou por se impor e as comunidades procuraram minimizar os seus efeitos. Assim, os que saem devem comprometer-se a entregar à comunidade o dinheiro necessário para se efetuarem as tarefas comunitárias que deixam de fazer. Devem também aceitar a fixação do período de tempo que podem ficar fora.

Com a emigração, afrontam-se duas opções que estão muito associadas à diferenciação geracional. Os que pretendem emigrar são os mais jovens que já cresceram no seio do movimento, dada a opção dos seus pais. Os que resistem, são os mais velhos que tiveram uma vida difícil e subalterna, e que integraram o zapatismo de forma convicta e atuante.

---

[30] A. Moreschi, "Entre el 'sueño zapatista' y el 'sueño americano'. La migración a Estados Unidos vista desde las comunidades zapatistas", *Migración y Desarrollo*, 13 (2009), pp. 79-95.

Estes últimos aceitam e defendem as tarefas decorrentes da participação no movimento, bem como algumas restrições ao modo de vida, como a proibição do consumo de bebidas alcoólicas. Valorizam, nesta avaliação, trabalharem "agora sem patrão", "terem terras suficientes", "estarem organizados", "estarem unidos", "estarem com a família". Para manterem este modo de vida, aceitam a escassez de dinheiro e a vida nas comunidades.

Os que partem, os que querem emigrar, pretendem *outro mundo*, onde possam ter acesso a bens de consumo e ao estilo de vida das cidades. Querem também libertar-se das tarefas e imposições da comunidade, como a proibição de bebidas alcoólicas. Procuram outro destino: terem "liberdade de movimentos"; "verem outros lugares"; viverem a "aventura do migrante" e deixarem para trás a imagem de "desertor" que lhes pretendem colar. Pretendem refazer a vida. Este é, entre outros, o caso das jovens que são mães solteiras ou separadas: saírem pode permitir-lhes reconstituírem uma vida pessoal e afetiva. A emigração aparece, assim, como a possibilidade de uma vida pessoal num mundo aberto, em contraposição ao universo fechado e impositivo da comunidade zapatista. Também neste caso, como no do Movimento dos Sem Terra, o modelo proposto não coincide com a opção de futuro de uma parte da população.

Tanto no caso do MST, como no do Movimento Zapatista, os contornos dos modelos que propunham foram abandonados por muitos camponeses quando se lhes depararam outras alternativas, que elegeram como mais vantajosas. Não eram, de facto, projetos emanados dos camponeses, mas possibilidades que lhes tinham sido propostas – "o camponês no projeto dos outros", na formulação de Souza Martins[31] – e a que tinham aderido num momento, mas que depois abandonaram face a outras oportunidades e aos respetivos percursos individuais. Saíam, assim, do enquadramento tutelar dos Movimentos, cujos modelos previam o acatamento das normas formuladas e aplicadas pelas respetivas burocracias dirigentes, as quais pressupunham a persistência da condição camponesa. As normas eram necessárias para garantir a continuidade desta condição, mesmo quando se deparavam às famílias outras vias, nomeadamente uma alteração na escala de produção. De facto, em economia de mercado – como é o caso – a preocupação de manter estabilizada uma estrutura agrária camponesa exige uma regulação exterior. Foi o que antes se notou, a propósito de Chayanov.

O sonho camponês é, neste contexto, como também já antes se referiu, tornar-se "chefe de uma empresa agrícola". Poucos o conseguem. Há ainda os que procuram, quando possível, compatibilizar a sua permanência na unidade

[31] José Souza Martins, *Os camponeses e a política no Brasil* (Petrópolis: Vozes, 1983), p. 81.

agrícola com trabalho fora ou com a recepção de outros rendimentos (pensões, remessas da emigração, ...). Muitos fogem, querem abandonar o mundo camponês: emigram, procuram cidades, outros países e continentes. Mas, em numerosos países e regiões, a maioria permanece nas suas aldeias procurando sobreviver à pobreza e à miséria. Não têm outras *saídas*, e nas condições em que vivem e trabalham, não conseguem arrancar mais da terra que cultivam. Não lhes falta, de qualquer modo, como a qualquer camponês, vontade e engenho para irem aproveitando as mais ínfimas possibilidades, ou seja, para entre a experiência e a expectativa, selecionarem e organizarem o que lhes parece melhor, em cada momento[32]. Este é o percurso por onde vão encaminhando o *futuro*. Na maior parte das situações, entre a precariedade da economia doméstica e das condições de vida, e – como se mencionou para Malange – sem voz social e política. Nestas circunstâncias, "os projetos dos outros" podem aparecer, nalguns lugares e nalguns períodos, como proporcionando alguma vantagem, mas depois são continuadamente avaliados face a qualquer outra oportunidade que pareça verosímil. Não são um *destino*, apenas eventualidades que, de qualquer modo, podem ir marcando um traçado do *futuro*.

[32] Paula Godinho, *O futuro é para sempre*.